



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 106ª reunião, realizada em 20 de abril de 2017

1 Em 20 de abril de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,  
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Leonardo Carvalho  
8 Ladeira, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Luciano  
9 Vasconcelos Trindade, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
10 Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de  
11 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
12 (Sedectes); Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de  
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
14 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde  
15 (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Tiago  
16 Vieira Lima, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Bérqson Cardoso  
17 Guimarães, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).  
18 Representantes do poder público municipal: Eric Alves Machado, da Prefeitura  
19 Municipal de Contagem; Ednard Barbosa de Almeida, da Prefeitura Municipal de  
20 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São  
21 Francisco); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João  
22 do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Leste);  
23 Henrique de Freitas Santana, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Daniel Martins  
24 Júnior e Raíssa Bottecchia Luna, da Prefeitura Municipal de Ipatinga  
25 (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho  
26 Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos  
27 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto  
28 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios da  
29 Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos  
30 usuários de recursos hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de  
31 Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Renato Junio Constâncio, da  
32 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Silvana Mônica Vaz, da  
33 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos  
34 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
35 (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de  
36 Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do  
37 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da

38 Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva  
 39 Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig);  
 40 Pedro Luis Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de  
 41 associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e  
 42 melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para  
 43 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Maria Teresa Viana de  
 44 Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias  
 45 Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação  
 46 em recursos hídricos: José Nelson de Almeida Machado, da Associação  
 47 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Leonardo Augusto dos  
 48 Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro  
 49 de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Alves Carneiro,  
 50 da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de  
 51 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado  
 52 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou  
 53 educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de  
 54 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias  
 55 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); André Luís Teixeira  
 56 Fernandes, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**  
 57 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
 58 **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 106ª reunião do  
 59 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos  
 60 conselheiros. Em seguida, passou a palavra à presidente suplente Maria de  
 61 Fátima Chagas Dias Coelho para a condução dos trabalhos. **3) COMUNICADOS**  
 62 **DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Somente para  
 63 formalizar um pedido que fizemos hoje ao IGAM, na pessoa da doutora Maria de  
 64 Fátima, em razão dos noticiários da mídia acerca da contaminação dos aquíferos  
 65 do rio Doce. Nós solicitamos ao IGAM que nos informe se haviam paradigmas e  
 66 coletas anteriores à data do acidente para que possa haver a relação de causa e  
 67 efeito da contaminação dos aquíferos. A doutora Maria de Fátima já comunicou  
 68 que esse pedido será prontamente atendido e respondido agora.” Presidente  
 69 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós fizemos uma avaliação,  
 70 embora não tenhamos recebido o documento formalmente, e encaminharemos à  
 71 OAB.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O meu informe tem a  
 72 ver com três recomendações que estão diretamente relacionadas também com  
 73 recursos hídricos. Uma tem a ver com a MIB, em Brumadinho. O Ministério  
 74 Público Estadual enviou uma recomendação no dia 7. Essa recomendação  
 75 solicitou a imediata suspensão dos efeitos da APO. E um dos motivos claros que  
 76 estão nessa recomendação é a questão de graves e iminentes riscos a vidas  
 77 humanas, meio ambiente e recursos hídricos. Infelizmente, a empresa continua  
 78 operando 24 horas por dia, inclusive de madrugada. Eu sei que isso tem a ver  
 79 com licenciamento, mas, como está diretamente relacionado com impactos aos  
 80 recursos hídricos, senhor secretário, eu peço especial atenção a essa

81 recomendação, porque realmente apontou graves questões desse  
82 empreendimento e também dos recursos hídricos. Outra questão tem a ver com a  
83 bacia do rio Santo Antônio, onde tem um empreendimento da Anglo American.  
84 Quando eu fui olhar o Estudo de Impacto Ambiental para entender o Step 3, eu  
85 fiquei realmente muito abismada com o volume de água. Eu só sabia do volume  
86 relacionado com o mineroduto, que é 2.500 m<sup>3</sup>, mas o total de outorgas que a  
87 empresa já tem são 5.023 m<sup>3</sup>/hora, o que dá o equivalente a 602.700 pessoas/dia  
88 de água. Essa é a bacia hidrográfica que, inclusive, teve uma recomendação  
89 agora para não ter audiência pública, por parte do Ministério Público Federal.  
90 Teve também um pedido por parte da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.  
91 Lamentavelmente, o governo, senhor secretário, não acatou essa recomendação.  
92 Eu estava lá. Ficaram durante uma hora e meia as pessoas esperando a  
93 audiência pública, mesmo com uma ordem judicial, uma decisão liminar da  
94 Justiça. E o único pedido, de todos esses atores, inclusive de quem entrou com a  
95 ação popular, foi que se adiasse essa audiência pública para se ter tempo de  
96 entender esse novo avanço do Projeto Minas Rio, com EIA de mais de 2.000  
97 páginas e PCA de mais de 800 páginas. É uma região fundamental, inclusive,  
98 para recuperação do rio Doce, e nós precisamos avaliar criteriosamente esse  
99 empreendimento. E eu quero só terminar dizendo que tem uma terceira  
100 recomendação, sobre a Mina de Fábrica. Eu informei aqui na última reunião. É  
101 uma recomendação que parece que chegou aqui nesta semana. Eu não sei qual  
102 o teor, mas tem a ver com a possibilidade de riscos na Mina de Fábrica, da Vale,  
103 e todos eles impactam a água. Então eu estou pedindo, secretário, aproveitando  
104 a sua presença, uma atenção especial, porque quando tem essas  
105 recomendações nós esperamos que o Estado olhe e acate, porque significam  
106 riscos ou ameaças ou, depois, situações que vão ser irreversíveis.” Conselheiro  
107 Bérgson Cardoso Guimarães: “Eu gostaria de fazer um comunicado no sentido de  
108 que nós tivemos notícia de um julgado do Supremo Tribunal Federal a respeito da  
109 chamada Lei Piau, de 97, a Lei 12.503, que já completa 20 anos. É o Programa  
110 Estadual de Conservação da Água, popularmente conhecido como Lei Piau. Ao  
111 longo desse tempo todo, se travou um embate jurídico a respeito da validade, da  
112 autoaplicabilidade dessa lei. Ela foi declarada pelos nossos tribunais com  
113 autoaplicável. Ela diz no seu contexto que as concessionárias do serviço público  
114 teriam que aplicar 0,5% da sua receita operacional na bacia hidrográfica do  
115 município aonde elas exercem a sua atividade. Considerando isso, não seriam  
116 grandes valores nos municípios. Na verdade, isso tudo teve que ser judicializado  
117 ao longo desses 20 anos. Alguns programas se tentaram cumprir, mas sempre  
118 com muita judicialização. O Ministério Público, eu acho que teve uma participação  
119 importante. E nós tivemos notícia de que houve uma reclamação da Copasa  
120 diretamente no STF e que teria conseguido em Minas Gerais, pois se trata de  
121 uma lei estadual, reconhecida pela Assembleia, e que teria anulado todos os  
122 processos que fazem esse questionamento da aplicação. É com pesar que nós  
123 damos essa notícia. Na verdade, eu não conheço o teor da decisão da instância

superior – decisão se cumpre –, mas eu digo nesse sentido porque a atenção em projetos claros, em projetos transparentes, com conhecimento da população das concessionárias do serviço prestado é muito importante. A sociedade está preparada para apresentar esses projetos, as concessionárias têm essa responsabilidade. Então eu passo essa informação, porque na minha opinião pessoal é uma triste informação, o que na verdade tem que se cumprir. Eu não sei se cabe ainda outro tipo de recurso. Mas é uma lei que já faz 20 anos e que nós observamos que nunca foi cumprida, infelizmente.”

**4) EXAME DA ATA DA 105ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 105ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 23 de março de 2017, com a seguinte alteração: – Na linha 387, onde está escrito “acompanhar a execução desses trabalhos”, lê-se “acompanhar a execução desses trabalhos do ponto de vista econômico”. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo reiterou solicitação feita na reunião anterior e registrada na ata para que seja pautada uma apresentação, pelo Fonasc, de estudo sobre outorgas nas bacias dos rios das Velhas e Paraopeba. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho determinou a inclusão dessa apresentação como item da pauta da próxima reunião do Plenário do CERH. Determinou também que na mesma sessão seja pautado item de informações e posicionamento do Plenário quanto ao contingenciamento de recursos do Sisema pelo governo do Estado, conforme solicitação registrada na 105ª reunião pelo conselheiro Marcus Vinícius Polignano.

**5) NOVO PORTAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MINAS GERAIS. Apresentação: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS), do IGAM.** Clarissa Bastos Dantas, gerente de Apoio aos Comitês/IGAM, fez apresentação do novo portal dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais. Explicou que o portal foi lançado inicialmente em 2008, reúne informações das 36 unidades do Estado; que foi criado pelo IGAM e teve a primeira reformulação e que atualmente foi totalmente modernizado e é alimentado pelo IGAM em parceria com os Comitês. Ao fim da exposição, a gerente do IGAM solicitou a participação dos conselheiros para contribuir com informações e divulgação do portal, que pode ser acessado pelo endereço ‘comites.igam.mg.gov.br’.

**Debates.** A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo perguntou qual é a fonte de dados de mapas e de informações dos territórios. A gerente do IGAM respondeu que existem a parte de informações dos Comitês e a do sistema Infohidro, com informações técnicas, além do Simge, e que os dados são lincados com a base de informações técnicas do IGAM.”

A conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira questionou sobre as eleições dos Comitês. A gerente do IGAM esclareceu que será encaminhado ofício aos órgãos para manifestarem o interesse em participar e que está sendo articulada uma agenda com os órgãos do poder público estadual para demonstrar a relevância do processo e da participação nesses colegiados.

Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Sobre a participação do IGAM como representante do segmento do poder público estadual colocando lá um conselheiro, eu acredito

167 que seja uma situação ambígua. Porque o IGAM vai lá com poder de voto, mas  
 168 também tem poder de veto. Então a participação do IGAM se torna  
 169 desproporcional. A começar pela pauta, que é escaneada antes pelo IGAM, é  
 170 palpitada, ‘isso pode, isso não pode’. E algumas questões são jurídicas, que o  
 171 IGAM também analisa. Então cria esse poder de veto. Agora, se tem um  
 172 representante lá, esse poder poderia ser exercido lá, pelo representante. Isso é  
 173 uma das circunstâncias que acabam impedindo o andamento mais fluido das  
 174 decisões dos Comitês.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias  
 175 Coelho: “Em alguns Estados, o órgão gestor sempre participa assistindo à  
 176 reunião, acompanhando, dando assessoria técnica, assim como a ANA, em  
 177 alguns Comitês, só participa acompanhando, sem poder de voto. É um  
 178 questionamento importante. Eu acho que o IGAM tem que participar de todos os  
 179 Comitês acompanhando e dando apoio técnico, agora a questão do voto e do  
 180 veto eu não sei. Impedimento legal, eu acredito que não tenha. Mas é uma  
 181 questão de se avaliar.” Daniel, da procuradoria do IGAM: “Não há nenhum  
 182 impedimento legal para que o IGAM componha o quadro de conselheiros nos  
 183 Comitês de Bacia Hidrográfica. Por outro lado, é uma ponderação interessante, já  
 184 que participamos da assistência técnica e jurídica e no funcionamento adequado  
 185 desses órgãos deliberativos. O ideal talvez seria que outras entidades estaduais  
 186 pudessem participar com maior frequência. Por outro lado, eu faço uma  
 187 ponderação: uma vez que nós fazemos enquanto instituição ambientalista um  
 188 controle jurídico e uma análise técnica, pode ser considerada relevante a atuação  
 189 do IGAM como membro do Comitê. Pode ser apresentada uma análise para uma  
 190 reflexão, mas a princípio não vemos nenhuma ilegalidade. O artigo 34 da Lei  
 191 Estadual 13.199, que disciplina a política de recursos hídricos, prevê a  
 192 participação paritária de órgãos e entidades do Estado nos Comitês. Já que não  
 193 há nenhuma ressalva expressa da lei estadual quanto à participação do IGAM,  
 194 nós estamos a fundamentar a afirmativa de que não há óbice.” O conselheiro  
 195 Antônio Giacomini Ribeiro reiterou que não está questionando a legalidade da  
 196 participação do IGAM nos Comitês, mas apenas ressaltando que considera que a  
 197 participação se dá duplamente, como conselheiro e também com o poder de  
 198 análise jurídica e de veto.” A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho  
 199 informou que a manifestação foi registrada e que o assunto será tratado  
 200 internamente no IGAM. Conselheiro Gabriel Augusto Campos: “Eu queria fazer  
 201 um registro de o IGAM ser mais participativo nos encontros do Comitê PJ Mineiro,  
 202 no Sul de Minas, e também da viabilização de o nosso PJ Mineiro ser unificado  
 203 no PCJ Paulista.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Cabe  
 204 análise jurídica em função da questão da agência. Nós vamos analisar. Lá, a  
 205 agência é obrigada a ser fundação, e aqui em Minas é proibido ser fundação. É  
 206 preciso avaliar, no caso de se unificar os Comitês, se haveria alguma dificuldade.”  
 207 **6) PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO**  
 208 **DAS ÁGUAS (PROGESTÃO). Apresentação: IGAM.** Philipe Hilarino de Oliveira,  
 209 da assessoria do Gabinete do IGAM, fez apresentação do que foi realizado em

210 2016 e o panorama geral do acompanhamento das metas do Programa de  
 211 Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão). Após a  
 212 exposição e os debates, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade as metas  
 213 nos termos apresentados. **Debates.** Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
 214 Corujo: “Eu gostaria de saber se esses dados, no caso do sistema de integração  
 215 dos dados de usuários, e essas informações sobre águas subterrâneas são de  
 216 acesso à sociedade e em qual site. Estão também no site do IGAM? Todo esse  
 217 sistema de informações que vocês encaminham à ANA está disponibilizado  
 218 aonde para a sociedade?” Philippe Hilarino de Oliveira/IGAM: “Esse sistema de  
 219 águas subterrâneas, se não me engano, fica disponibilizado no site da CPRM,  
 220 mas a Maricene, do IGAM, tem todos esses dados planilhados. Então se não  
 221 estiverem sistematizados nós temos para repassar.” Conselheira Maria Teresa  
 222 Viana de Freitas Corujo: “Então eu não entendi, porque vocês dizem que  
 223 cumpriram, que encaminham para a ANA, que têm a meta cumprida. Então como  
 224 não está sistematizado?” Philippe Hilarino de Oliveira/IGAM: “É porque para a ANA  
 225 nós encaminhamos através de planilhas. Via internet não se vai conseguir  
 226 acessar todas essas planilhas.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
 227 “O CNARH 40 é um sistema da ANA no qual ela quer integrar todas as  
 228 informações de todos os Estados. O nosso sistema de informações é mais  
 229 detalhado do que o deles. Então tem uma articulação, e o Thiago vai dar o  
 230 esclarecimento de como o usuário tem acesso ao CNARH 40.” Thiago Figueiredo  
 231 Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM:  
 232 “Os dados do CNARH estão disponíveis e são de acesso público. O sistema de  
 233 informações que o IGAM tem hoje é o Siam, e nós estamos alimentando também,  
 234 para disponibilização, o Siscad, o sistema de cadastros do Estado. Mas hoje  
 235 todos os dados dos usuários são, por obrigação do Conselho Nacional de  
 236 Recursos Hídricos, pela Resolução 128, obrigados a estarem lá. O site é  
 237 cnarh.ana.gov.br.” Tem também o Siagas, o sistema de águas subterrâneas. As  
 238 informações são passadas para a CPRM, que alimenta o banco de dados do  
 239 Siagas.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “A questão que eu quero colocar  
 240 é mais ampla, porque o Progestão veio como um programa do governo federal.  
 241 Inclusive, Minas Gerais foi um dos últimos Estados a aderir, por questões  
 242 políticas, partidárias. Enfim, acabou por aderir, e vêm R\$ 750 mil, que, face a  
 243 complexidade e magnitude dos nossos problemas, é uma gota d’água no oceano,  
 244 é muito pouco dinheiro. Nós vemos, paralelamente, as metas estaduais. A  
 245 questão que eu coloco é a seguinte: essas metas seriam cumpridas mesmo sem  
 246 a existência do Progestão. Então nós estamos fazendo o que com isso? Eu  
 247 acredito que é algo mais para aprovar e mostrar que está tudo bem e que tem um  
 248 reconhecimento, porque a própria avaliação deles coloca Minas Gerais no topo,  
 249 mais o Acre e o Mato Grosso do Sul. Pela régua da ANA, nós estamos cumprindo  
 250 nosso dever de casa. Parabéns para nós, mas ainda eu acho muito pouco o que  
 251 nós estamos fazendo, porque as metas estaduais derivam do Plano Estadual de  
 252 Recursos Hídricos que nós temos. Nos três anos em que eu estou aqui, eu nunca

253 vi nós fazemos aqui uma avaliação do nosso Plano Estadual de Recursos  
 254 Hídricos. Gastou-se na época uma fortuna para realizar, com metas,  
 255 regionalizações e uma série de ações que eu acredito que estejam contidas  
 256 nessas metas, mas sistematicamente este Conselho, que aprovou o plano, nunca  
 257 fez uma reflexão sobre ele. Eu acho que a prioridade para colocar como ponto de  
 258 pauta é saber se realmente esse plano é efetivo, se está sendo efetivo, onde  
 259 estão os gargalos, o que avançou, o que não avançou e por que avançou ou não  
 260 avançou. Nós temos as diretrizes. Então eu sugiro criarmos um mecanismo aqui  
 261 no Conselho para fazer avaliação crítica do plano e colocar em discussão aqui,  
 262 mesmo porque já está quase na época de se fazer uma revisão desse plano.”  
 263 Houve consenso para que o assunto levantado pelo conselheiro representante da  
 264 Angá seja pautado na Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos  
 265 (CTPLAN). Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “O sistema funciona ou  
 266 deveria funcionar dentro de certos princípios, com a questão da cobrança da  
 267 outorga, por exemplo. Nós entendemos que está trazendo uma projeção anual,  
 268 de 2015 para 2016. Existe uma projeção pelo menos a médio prazo? No Sul de  
 269 Minas, na bacia do rio Grande, não existe implantação da cobrança nem mesmo  
 270 na questão de descarte de efluente, o que é um escândalo na nossa região, que  
 271 é bastante industrializada. Existe alguma perspectiva ou projeção, a médio prazo,  
 272 da implantação ou fica dependendo realmente desse recurso? Porque nós  
 273 sabemos que não é um recurso contingenciado.” Philippe Hilarino de  
 274 Oliveira/IGAM: “Dentro do Progestão, não existe essa projeção. Seria mais  
 275 institucional, mas fora do programa. Pelo programa, nós já cumprimos essa meta,  
 276 quer é ter a cobrança em pelo menos uma bacia. Essas metas são de um  
 277 programa que está no IGAM.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
 278 “O IGAM tem esse planejamento, porque a meta do Progestão também é a meta  
 279 que a ANA cobra. Existem as metas federais e as metas estaduais. Essa meta  
 280 estadual era ter cobrança em uma bacia. Nós temos o planejamento interno do  
 281 IGAM, um cronograma do IGAM, que podemos trazer aqui e apresentar. Então  
 282 nós temos um planejamento, que não é o planejamento da ANA, que só exige  
 283 meta. Tem Estado que nem pensa em implementar a cobrança. A meta da ANA é  
 284 que os Estados brasileiros tenham pelo menos uma bacia cobrando. E nós  
 285 estamos além, porque temos cobrança em 11 bacias.” Robson Rodrigues dos  
 286 Santos, gerente de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos  
 287 de Água/IGAM: “Uma etapa que antecede a implementação da cobrança é a  
 288 elaboração dos planos diretores. No caso da bacia do Grande, das oito unidades,  
 289 nós já temos seis bacias com planos. E atualmente está sendo elaborado o plano  
 290 da bacia de todo o Grande, capitaneado pela agência nacional, incluindo o rio de  
 291 domínio da União, a parte mineira e a parte paulista. E dentro desse plano já  
 292 estão sendo discutidos os arranjos institucionais, as diretrizes da cobrança,  
 293 questões de agência. Inclusive, terá uma reunião do GT de acompanhamento do  
 294 plano no dia 27, em Poços de Caldas, onde esse tema já está em discussão.”  
 295 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu faço parte do Comitê do Grande, sou

296 da diretoria e também faço parte do grupo de trabalho que está construindo o  
297 plano da bacia. Está bem adiantado, nós já estamos na fase de estudo do plano  
298 da bacia. Já foi feita a parte de diagnóstico e prognóstico. Eu acredito que até no  
299 final do ano nós aprovamos o plano de bacia do rio Grande. Aí, sim, a partir do  
300 ano que vem, começamos o processo para possamos estar implementando a  
301 cobrança em 2019 ou 2020. Nós temos dois Comitês de Bacias no Estado de  
302 Minas – o GD7 e o GD8 – que ainda não têm plano, mas com o recurso que a  
303 ANA disponibilizou dá para fazer os dois planos.” Conselheiro Edson de Oliveira  
304 Vieira: “Não há o receio de essas metas estarem tão abaixo do que o próprio  
305 Estado já vem desenvolvendo? E por um olhar externo possa um dia considerar  
306 que ‘está muito bom, porque já está cumprindo metas, não precisa melhorar’. Isso  
307 não pode talvez ter um efeito contrário em uma perspectiva de médio prazo?”  
308 Philippe Hilarino de Oliveira/IGAM: “Internamente, nós consideramos o Progestão  
309 como fonte de recurso. Então nós tentamos cumprir a meta da maneira que a  
310 ANA aprova e tentando criar metas mais arrojadas. Mas se colocarmos essas  
311 metas mais arrojadas para aprovação ou para conhecimento da ANA pode  
312 comprometer os nossos recursos. Então nós nunca achamos que está bom,  
313 sempre vamos tentar melhorar, independentemente do que está aqui. O que está  
314 aqui é para garantir esse recurso.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias  
315 Coelho: “Nós temos o nosso planejamento interno e uma rede muito maior, um  
316 número enorme de hidrometristas, que fazem medições em campo. Nós  
317 operamos para a ANA. A partir do momento em que operamos para a ANA várias  
318 estações, nós somos detentores daquele dado, daquela informação. E tem a  
319 articulação com a CPRM.” Heitor, diretor do IGAM: “Até pelo conceito de meta,  
320 aquilo que é factível e desafiador, as metas são aquilo que nós vamos conseguir  
321 ir aumentando aos poucos. Nós temos um diagnóstico de onde devemos ampliar  
322 a nossa rede, isso tudo já está mapeado, mas não conseguimos fazer isso de um  
323 ano para o outro, em curto espaço de tempo. Aos poucos, dentro daquilo que é  
324 possível. Também estamos atuando na parte de modernização da rede, estamos  
325 colocando estações telemétricas, que nos dão uma informação com muito mais  
326 rapidez. Um dificultador que temos hoje nas convencionais são os observadores,  
327 e conseguimos driblar essa dificuldade com as automáticas. Nós temos  
328 consciência de que ainda não é o ideal, que temos que melhorar muito e ampliar,  
329 só que os números que temos apresentado são realmente significativos perante a  
330 situação atual do Estado em termos de monitoramento.” Conselheira Irany Maria  
331 de Lourdes Braga: “Eu queria só enfatizar que conheço o Progestão desde o  
332 princípio. Como a Fátima falou, é um plano nacional, e se não é arrojado é  
333 porque existem Estados que estão aquém em desenvolvimento, aquém em  
334 situação de qualidade de água, em instrumentação. Então nós estamos  
335 avançados, sim, em relação ao país, em relação a outros Estados. Outro ponto é  
336 que a meta estipulada pela ANA não é a meta do IGAM, que tem um  
337 planejamento interno, como foi falado aqui, bastante arrojado, bastante real, para  
338 continuar na vanguarda. Entendeu eu queria defender e dizer que realmente o



339 Progestão vem trazer um recurso que é importante para o IGAM, mas que o  
340 órgão pensa muito além do que está no projeto.” Conselheiro Sylvio Luiz  
341 Andreozzi: “A minha fala é a respeito das metas traçadas para o Estado. Uma  
342 das colocações feitas aqui é de que 11 bacias já têm cobrança, no universo de  
343 36, o que é terço, depois de 20 anos de aprovada a legislação, depois de 18 anos  
344 da legislação estadual. Então o que pode ser visto como avanço também pode  
345 ser visto como certa lentidão na implementação. Eu prefiro tomarmos como  
346 referência do que referenciar naqueles Estados que não estão fazendo nada ou  
347 fazendo menos do que nós. Um dos aspectos, por exemplo, relacionado à  
348 distribuição das bacias e à capacidade econômica que elas têm, é que talvez  
349 tenha a necessidade de uma redivisão de agrupamento de bacias, por exemplo,  
350 pela capacidade econômica de financiar uma agência. Então eu creio que nós  
351 estamos parados um pouco. A realidade vai mudando, e chega o momento em  
352 que eu creio que nós precisamos, para além daquilo que está previsto no nosso  
353 plano estadual, do estabelecimento de metas. Quando todas as bacias terão  
354 cobrança? Mesmo sabendo que é facultado às bacias a própria utilização desse  
355 instrumento. Quando nós teremos o sistema integrado cobrindo todo o Estado?  
356 Qual é a nossa perspectiva, de cinco, de dez, de 15, de 20 anos? Porque a partir  
357 daí o Conselho Estadual, os membros e as instituições têm condição, inclusive,  
358 de começar a trabalhar politicamente para implementação de todos os  
359 instrumentos previstos na legislação. Então eu creio que falta uma certa  
360 perspectiva de política de Estado e não de governo. Como aqui é o Conselho  
361 Estadual, eu acho que poderia partir daqui a iniciativa de começar a pensar essas  
362 grandes metas, com o detalhamento posterior. Inclusive, é importante saber quais  
363 são as grandes dificuldades para implementação das metas.” Presidente suplente  
364 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Para mim, essa colocação do conselheiro  
365 vai ao encontro do que o conselheiro Giacomini propôs. Eu acho que essa  
366 oportunidade de avaliar o plano estadual pode chegar a uma revisão, talvez não  
367 dele todo, mas de alguns instrumentos, e então pode chegar ao estabelecimento  
368 de metas, e até fazer uma coisa mais objetiva. Rever Plano Estadual não é fazer  
369 um plano de novo, com longo diagnóstico, mas poderia ser focado em algumas  
370 questões mais específicas. Eu acho que as duas propostas são até  
371 complementares. No meu entender, nós podemos pautar esse assunto e  
372 começar uma discussão mais livre, mais solta na Câmara Técnica de Planos.”  
373 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Nós estamos já engatilhados no Comitê do  
374 Araguari na revisão do plano do Araguari utilizando todas as novas metodologias,  
375 inclusive, o ZAP, e aguardando a aprovação do que será colocado hoje em  
376 votação, da norma. No momento, já consta da proposta regimental, só que sem  
377 número. É uma norma específica, que vai ganhar um número, e isso para nós é  
378 uma ferramenta fundamental.” **7) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA**  
379 **CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 7.1) Minuta de deliberação**  
380 **normativa CERH-MG que dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para a**  
381 **elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias**

382 **Hidrográficas, bem como mecanismos e critérios de acompanhamento de**  
 383 **sua Implantação e dá outras providências. Apresentação: IGAM.** Minuta de  
 384 deliberação normativa aprovada por unanimidade nos termos apresentados nesta  
 385 sessão, com os seguintes destaques: – Nova redação para o inciso II do artigo 4º:  
 386 “II. os Planos Diretores dos municípios que integram a respectiva bacia  
 387 hidrográfica, as leis orgânicas e complementares dos municípios;” – Nova  
 388 redação para o artigo 7º: “Art. 7º - Equiparam-se aos PDRH’s, para efeito desta  
 389 Deliberação Normativa, os Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs)  
 390 desenvolvidos no âmbito dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias  
 391 Hidrográficas de rios de domínio da União até a data da publicação desta norma.”  
 392 – Nova redação para o artigo 8º: “Art. 8º - Os PDRH’s vigentes, em elaboração ou  
 393 com edital publicado deverão se adequar a esta Deliberação quando da sua  
 394 revisão.” Encaminhamento para a SEMAD. Durante a discussão do art. 5º, que foi  
 395 aprovado integralmente da forma apresentada na minuta, foi destacado que a  
 396 SEMAD deverá viabilizar a realização de um seminário, conforme recomendação  
 397 da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos (CTPLAN), visando discutir  
 398 e propor uma normativa específica com a conceituação e a metodologia de  
 399 definição de áreas de restrição de uso para proteção dos recursos hídricos, bem  
 400 como suporte aos Comitês de Bacias na elaboração dos termos de referência. **8)**  
 401 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO. 8.1) Rogério**  
 402 **Carneiro Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG. Processo**  
 403 **de Outorga 27429/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.** O Plenário do  
 404 CERH deliberou por unanimidade, conforme proposta apresentada pelo  
 405 conselheiro representante da Angá, baixar o processo em diligência e  
 406 encaminhar para análise da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG)  
 407 visando subsidiar tecnicamente este Conselho sobre a decisão a ser tomada  
 408 relativamente ao recurso. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro solicitou à  
 409 Secretaria Executiva que notifique o empreendedor sobre a data da reunião da  
 410 CTIG em que o processo for pautado. **8.2) Rogério Carneiro Meirelles. Fazenda**  
 411 **Guarino. Conceição do Rio Verde/MG. Processo de Outorga 27431/2014.**  
 412 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** O Plenário do CERH deliberou por  
 413 unanimidade, conforme proposta apresentada pelo conselheiro representante da  
 414 Angá, baixar o processo em diligência e encaminhar para análise da Câmara  
 415 Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) visando subsidiar tecnicamente este  
 416 Conselho sobre a decisão a ser tomada relativamente ao recurso. O conselheiro  
 417 Antônio Giacomini Ribeiro solicitou à Secretaria Executiva que notifique o  
 418 empreendedor sobre a data da reunião da CTIG em que o processo for pautado.  
 419 **9) ASSUNTOS GERAIS. Gestão de conflitos em recursos hídricos.** O conselheiro  
 420 Edson de Oliveira Vieira sugeriu, como ponto de pauta do Plenário do CERH,  
 421 palestra sobre gestão de conflitos em recursos hídricos, pelo professor Valmir  
 422 Pedrosa Albuquerque, da Universidade Federal de Alagoas. Fórum Mundial das  
 423 Águas. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho solicitou aos  
 424 conselheiros para se prepararem para a participação no Fórum Mundial das

425 Águas, que será realizado pela primeira vez na América do Sul. “Nós estamos  
426 nos organizando para fazer alguns eventos em Minas Gerais, inclusive o grande  
427 evento preparatório, prévio ao evento de Brasília. Então pensarmos juntos  
428 algumas coisas e, principalmente, quais serão os posicionamentos de Minas  
429 Gerais. Eu, particularmente, tenho pensando muito na questão da identidade do  
430 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Eu acho que nós  
431 temos que fortalecer a identidade do sistema nacional, temos que trabalhar e  
432 talvez levar um posicionamento muito forte de Minas Gerais nesse sentido. E tem  
433 a questão de trazer mais os municípios para a gestão das águas. Nós estamos  
434 tentando trabalhar encontros junto à Secretaria de Articulação Internacional e  
435 conclamamos a trabalharmos juntos para fazer um plano de trabalho para o  
436 Fórum Mundial. Quando tivermos um programa mais detalhado, apresentaremos  
437 aqui para dar ciência, para trabalharem conosco e trazerem também propostas e  
438 sugestões de temas importantes para levar a debate no Fórum Mundial.” 10)  
439 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
440 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da  
441 qual foi lavrada esta ata.

---

442  
443 **APROVAÇÃO DA ATA**  
444

---

445  
446 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**  
447 **Presidente suplente do Plenário do CERH**